

28/7/1986

Os responsáveis de Leme

José Álvaro Moisés

Estamos diante de uma situação quando menos insólita. Algumas das mais altas autoridades do país, como o ministro Paulo Brossard e o presidente José Sarney, prestam-se ao papel, grotesco e irresponsável ao mesmo tempo, de tentar incriminar o PT nos acontecimentos de Leme, antes mesmo que investigações amplas, democráticas e públicas tenham produzido quaisquer resultados satisfatórios sobre o caso, e, enquanto isso, driblam a imprensa, confundem a opinião pública e, mais uma vez, marginalizam o Congresso Nacional em decisões que, afetando drasticamente a vida de milhões de pessoas, são tomadas sem nenhuma consulta democrática à sociedade.

De que se trata, afinal: zelo, da Nova República, em garantir os procedimentos destinados a promover a Justiça em uma sociedade tão ameaçada pela violência da miséria, da injustiça e da opressão dos poderosos ou, pelo contrário, puro diversionismo destinado a desviar as atenções do país das contradições que, agora, envolvem abertamente o Plano Cruzado? Não resta a menor dúvida que, nas últimas semanas, o país assistiu o desenvolvimento de uma estratégia que trabalhou o velho expediente da identificação de um bode expiatório para, além de desviar a atenção da opinião pública de problemas reais que o país enfrenta (e, para os quais, o governo não tem apresentado soluções satisfatórias), servir, também, para recoesionar as bases sociais de uma aliança que enfrenta muitas fraturas. Afinal, é sempre útil encontrar um inimigo comum quando o risco da divisão espreita as nossas forças.

No entanto, se esse é um aspecto importante da questão, ele não é o único que merece atenção. Do ponto de vista da construção da democracia no país, há questões que antecedem a essa pela sua importância, e que ainda não foram esclarecidas. Começo pela seguinte: se é tão importante para os setores ditos de centro-moderado, como os que conformam no governo Montoro, a questão do direito à segurança da população, por que é que não tomaram, a tempo, as devidas providências para se evitar a tragédia de Leme?

Afinal de contas, o deputado Eduardo Suplicy, com a seriedade que caracteriza a sua atuação pública, chamou a atenção das autoridades estaduais e federais, antes de a tragédia ocorrer, para a gravidade da situação e para o clima de tensão que envolvia os trabalhadores canavieiros de Leme e os membros da Polícia Militar do Estado, inclusive, através de um telegrama ao ministro Paulo Brossard. No entanto, tanto Brossard como Montoro se calaram. Depois, com dois cadáveres sobre as suas mesas, endossaram a vergonhosa versão que mais se acomodava aos seus interesses políticos e eleitorais. Hoje, essas versões não se sustentam mais: não há nenhum depoimento de testemunhas que, de longe, possam incriminar os deputados do PT. Ao contrário, as evidências mostram que quem agiu irresponsavelmente foi a Polícia Militar e, portanto, o próprio governo do Estado. Vejamos.

1. Está mais da que claro que, mais uma vez, (lembrem-se de Guariba?), a Polícia Militar enfrentou um justo movimento de reivindicação de trabalhadores com a repressão de bombas, cassetetes e, inclusive, tiros.
2. Os tiros desfechados em Leme, segundo todas as informações disponíveis, foram de calibre 38 que, se não são privativos da PM, são preferencialmente utilizados por essa força.

3. As próprias testemunhas que, segundo a PM, teriam inicialmente declarado o envolvimento de parlamentares do PT nos acontecimentos, se apressaram em desmentir esses supostos “depoimentos”.

É tudo mais do que suspeito e, para dizer o menos, indica claramente que o episódio está sendo largamente utilizado: (a) para ocultar a responsabilidade do governador do Estado e do seu secretário de Segurança Pública que, afinal, são as pessoas investidas de autoridade para cuidar da segurança da população e, em caso de conflitos trabalhistas, para assegurar que eles se expressem democraticamente a menos que essas autoridades não aceitam que esses conflitos são da essência da democracia); (b) para comprometer e incriminar a imagem de uma força política como o PT que, como todo mundo sabe, além de estar na oposição à Nova República e ao governo Montoro, não aceita que a ação dos seus parlamentares se desenvolva distante, como no caso dos outros partidos, dos movimentos sociais que lutam pela conquista de novos direitos. Finalmente, é preciso lembrar um último ponto importante. Estamos às vésperas da Constituinte Congressual, quando, entre outras coisas, teremos de enfrentar a questão da necessária recuperação da autonomia dos Estados em face da União. Basta pensar nas atuais relações entre a Polícia Militar e o Exército para se avaliar a importância dessa questão. No entanto, além disso, daqui para frente será necessário colocar, com toda a clareza possível, a questão da relação entre forças policiais e os movimentos de reivindicação da população.

Só para exemplificar a questão; será que, até hoje, com toda a sua retórica de participação e segurança, o governo Montoro não pensou na necessidade de melhor preparar as forças policiais do Estado para enfrentar os movimentos de conquista de direitos pela população? Ninguém lembrou ao governador que, nos países democráticos, em situações como essas, a polícia, quando vai, vai às ruas apenas munida de jatos d'água e de balas de plástico ou de festim? Ou será que, como informa o vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Aírton Soares, essa proposta foi feita ao governador, mas nem ele nem o seu partido tiveram suficiente vontade política para dotar a sugestão?

Têm palavra as autoridades.

(Segundo Caderno — Página 3)